

Análise e representação em contextos diversos: projeto, técnica e gestão do ambiente construído

Impactos do crescimento da atividade industrial sobre a estrutura urbana do município de Três Rios/RJ

**ALMEIDA, Camila Righi de (1); ALBERTO, Klaus Chaves (2) &
CASTAÑON, José Alberto Barroso (3)**

(1) Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Ambiente Construído na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

(2) Arquiteto e Urbanista, Doutor em Urbanismo e Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

(3) Engenheiro Civil, Doutor em Engenharia de Transportes e Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

Resumo

O município de Três Rios, localizado na região Centro-Sul fluminense, vem sofrendo, nos últimos cinco anos, um processo de desenvolvimento acelerado, caracterizado pela dinamização da sua economia através do crescimento do setor industrial. A cidade é considerada um dos pólos industriais que mais se amplia no estado do Rio de Janeiro atualmente. Neste processo, entretanto, merecem estudos as relações entre as políticas de desenvolvimento econômico e os mecanismos de planejamento e gestão territorial, que potencializem os aspectos positivos ou atenuem os efeitos negativos do referido crescimento sobre o espaço urbano, sobretudo no que diz respeito aos espaços públicos.

O objetivo deste artigo é apresentar uma primeira abordagem de dados que permita o estudo da relação entre crescimento e desenvolvimento na cidade e que leve, ao longo do aprofundamento da pesquisa, à verificação dos impactos que o município tem experimentado. Além disso, visa a detectar as condições de adaptação para estas novas realidades. Neste sentido, foram identificados os empreendimentos já implementados e em processo de implementação e, ainda, observados os aspectos

da legislação urbanística vigente e da iniciativa pública, que se relacionam diretamente tanto com essas novas demandas como com os aspectos relevantes dos espaços públicos existentes e em planejamento.

Finalmente, o artigo conecta duas realidades: busca destacar possíveis impactos na estrutura dos espaços públicos do município de Três Rios, ao passo que ressalta o sentido em que caminham as políticas de desenvolvimento econômico e os mecanismos de planejamento e gestão territorial.

Palavras-chave: Industrialização; Desenvolvimento urbano; Três Rios/Brasil

Abstract

Três Rios, a city located in South-Central region of Rio de Janeiro state, has been suffering, over the past five years, an accelerated development process, characterized by boosting its economy through the growth of the industry. The city is considered one of the industrial power that most increases in the state of Rio de Janeiro today. In this process, however, it is necessary to study the relationship between economic development policies and mechanisms for planning and land management, which maximize the positive aspects and mitigate the negative effects of this growth on the urban space, especially with regard to public spaces.

The aim of this paper is to present a first approach of data that allows to study the relationship between growth and development in the city and take over, with further research, the verification of the impacts that the municipality has experienced. Moreover, it aims to detect the conditions of adaptation to these new realities. In this sense, it have been identified the developments already implemented and under implementation process and also observed the aspects of the existing town planning legislation and of the public initiatives, which area directly related to these new demands as much as with relevant aspects of existing and under planning public spaces.

Finally, the paper connects two realities: aims to highlight potential impacts on the structure of public spaces in Três Rios, while emphasizes in what direction the economic development policies and mechanisms for planning and land management go.

Keywords: Industrialization; Urban development; Três Rios/Brasil

1 INTRODUÇÃO

A problemática do crescimento econômico, sobretudo aquele que acontece de forma acelerada, no âmbito do impacto territorial urbano traduz-se, na atualidade, em um debate que tem ênfase na evolução do conceito de desenvolvimento.

A noção de desenvolvimento, que há meio século era entendida como sinônimo de crescimento econômico, sofreu alterações conceituais substanciais ao longo das últimas décadas. A ela, em um primeiro momento, foi agregada a ideia de mudança caracterizada por critérios qualitativos, mais do que quantitativos. A incorporação de critérios como qualidade de vida, distribuição de renda e bem-estar social fizeram com que a conotação da palavra “desenvolvimento” se distanciasse do simples conceito de geração de riqueza para incorporar, em seu sentido, a noção de uma distribuição mais justa da mesma. A inclusão da questão “meio ambiente”, a partir da década de 1970, veio complementar este conceito que, identificado como desenvolvimento sustentável, reúne aspectos de natureza social, territorial, econômica, ambiental e política.

A pesquisa apresenta uma etapa introdutória onde foi feita uma revisão bibliográfica baseada, substancialmente, no binômio crescimento x desenvolvimento; e outra, mais específica, onde são analisados dados relacionados ao município de Três Rios, através da coleta de informações de fontes secundárias, por pesquisas de campo e entrevistas aos principais atores sociais locais.

No contexto explicitado acima, este trabalho tem como objetivo examinar aspectos dos impactos territoriais que a produção de riqueza concentrada vem gerando em Três Rios, município fluminense que vem se destacando pelo acelerado crescimento econômico que vive com o recente reaquecimento do setor industrial, motivado, dentre outras causas, por incentivos fiscais estaduais. Busca-se avaliar

como possíveis impactos do crescimento repercutirão na malha urbana, em especial nos espaços públicos, e quais são as condições de adaptação da cidade para estas novas realidades, no que se refere às políticas de gestão e planejamento do território.

2 DESENVOLVIMENTO URBANO: UMA NOÇÃO ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Pode-se reparar na literatura especializada uma diferenciação entre as noções de crescimento e desenvolvimento. Atualmente, o “crescimento” é caracterizado apenas como um importante fator de “desenvolvimento” e não o desenvolvimento em si mesmo. O entendimento do termo desenvolvimento abrange múltiplos aspectos, uma visão plural da realidade, que não deve ser limitada por critérios quantitativos de geração e acumulação de riqueza.

Sachs (2004) ressalta que o crescimento econômico, mesmo o acelerado, é uma condição necessária, porém não suficiente, para a ocorrência do desenvolvimento. Assim, crescimento e desenvolvimento não devem, necessariamente, ser entendidos como “grandezas” diretamente proporcionais.

No desenfreado capitalismo no qual estão mergulhadas as cidades contemporâneas, que se pretendem globalizadas, a busca pelo lucro se reflete, no âmbito da organização do espaço, em territórios cada vez mais artificialmente adequados à reprodução do capital e ao empresariamento urbano. Segundo Sánchez (2007), as parcerias entre os setores público e privado na promoção destas cidades alavancam a competição e a proliferação de projetos de grande impacto, ficando a cidade-espetáculo submetida aos interesses políticos e à mídia, e os cidadãos, em muitos casos, alienados à vivência destes espaços, atuando apenas como espectadores, não desfrutando de reais desdobramentos de desenvolvimento.

Historicamente, as nações consideradas desenvolvidas eram também aquelas que haviam enriquecido pelo processo de industrialização a que foram submetidas, o que impediu, até o início da década de 1960, a compreensão da distinção entre as ideias de crescimento e desenvolvimento. A partir do momento em que o crescimento econômico de algumas nações, como por exemplo o Brasil, passou a não ser refletido,

necessariamente, no acesso aos bens de forma igualitária por todos os segmentos sociais, o termo desenvolvimento começou a ser questionado (VEIGA, 2005).

Veiga (2005) ressalta que a iniciativa para a formulação de uma nova conceituação do termo “desenvolvimento” foi reforçada, ainda, pelo lançamento do “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) por parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), que teve seu primeiro relatório publicado em 1990, divulgando, a partir de então, um índice anual que não se resume a dados quantitativos como, por exemplo, renda per capita.

Segundo Sachs (2004), o conceito de desenvolvimento tem de abranger princípios como igualdade, equidade e solidariedade. Incorpora ideias como qualidade de vida, distribuição de renda e bem-estar social, parâmetros que caracterizam o desenvolvimento como uma mudança de caráter qualitativo, que vislumbram além da simples geração de renda, não se sustentando apenas em critérios quantitativos.

Com o crescente debate sobre a problemática ambiental, principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, o termo desenvolvimento incorporou mais um aspecto: o da sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável incorpora o viés ambiental, no que diz respeito ao entendimento do ambiente urbano como interação entre o ambiente natural e o ambiente construído. Segundo definição de Sachs (2004), o desenvolvimento urbano sustentável deve se apoiar em aspectos de natureza social, territorial, econômica, ambiental e política.

Ascelrad (1999, p.85) ajuda a conceituar sustentabilidade urbana como a capacidade de uma cidade manter seu sistema ambiental e equidade social, através do apoio de políticas e ações de cidadania em prol do bem comum. Aplica assim, a ideia de sustentabilidade às “condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas”. Mostra, grosso modo, que, em um processo de crescimento econômico acelerado, a incapacidade de as políticas urbanas direcionarem e distribuírem de forma igualitária a riqueza gerada, provoca um desequilíbrio entre a oferta dos serviços urbanos e as reais demandas sociais, o que gera segmentação socioterritorial entre populações atendidas e não atendidas (ASCELRAD, 1999).

Corroborando, neste sentido, a visão de Silva Neto (2006, p.65) quando destaca que “a sustentabilidade urbana no território está relacionada, também, à distribuição

espacial de recursos, de serviços e das populações de maneira equilibrada, não predatória, de fácil fluxo para todos e com equidade”.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS/RJ

O município de Três Rios, localizado na Região Centro-Sul fluminense, vem sofrendo, nos últimos cinco anos, um processo de desenvolvimento acelerado que se caracteriza pela dinamização da sua economia através do renascimento do setor industrial.

A retomada da industrialização teve origem no resgate da vocação de Três Rios para a área metal-mecânica, ligada ao setor ferroviário, desenvolvida até os anos 1980 – período em que a cidade passou por intenso processo de desenvolvimento industrial – e, praticamente, perdida nos anos de crise da década de 1990.

Ao longo da história da cidade, é notório que seu progresso fundamentou-se em uma de suas mais relevantes características: a localização. A posição geográfica de Três Rios, no entroncamento entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais e entre os rios Paraíba do Sul e Paraibuna lhe valeu, desde tempos remotos, os primeiros passos para o crescimento.

Pelas terras do povoado, então conhecido como Entre-Rios, passou o “Caminho Novo”, construído pela Coroa Portuguesa em 1698, fazendo a ligação do litoral ao interior; quase dois séculos depois, em 1858, a “Estrada União e Indústria” – ligando Juiz de Fora a Petrópolis –, não só cortou suas terras, como ofereceu-lhe uma estação rodoviária, responsável por transformar o povoado em um pequeno centro comercial; em 1867, os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II, também trazendo uma estação, foram inaugurados no local (TEIXEIRA, 2005).



Figura 1: Vista aérea da ocupação de Três Rios, com destaque para o centro e as principais saídas da cidade. Fonte: Google Earth (imagem adaptada pela autora)

A vocação natural para transporte e logística começou, assim, a ser delineada para o distrito de Entre-Rios, que nesta época pertencia ao município de Paraíba do Sul. O rápido crescimento levou à sua emancipação em 1938, período no qual a principal atividade empregadora ainda era a agricultura.

Ascensão e queda do setor secundário: breve histórico até os anos 1990

Até o início do século XX, a experiência industrial da cidade ocorreu em função da cultura cafeeira. Com a decadência da produção de café, uma nova fase de industrialização começou a se destacar, com a construção da rodovia BR 393 e da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no ano de 1946. Mas foi, indubitavelmente, com a chegada, em 1963, da fábrica de locomotivas Companhia Industrial Santa Matilde, que o desenvolvimento da atividade industrial foi alavancado.

A Santa Matilde, fábrica mineira vinda de Conselheiro Lafaiete atraída por incentivos fiscais estaduais, era especializada na produção de vagões. A diversidade de modelos e a quantidade da produção era uma característica de destaque. De vagões de carga a passageiros, com fornecimento para sistemas de transporte metrô-

ferroviário de grandes metrópoles brasileiras e consórcios com empresas estrangeiras, a companhia teve excelente desempenho entre meados da década de 1970 e 1980. Expandiu seus negócios para a produção de implementos agrícolas e ainda, em 1975, para um projeto de produção de um automóvel esportivo nacional, o que lhe rendeu ainda mais notoriedade. O progresso da empresa passou a refletir sua posição de centralidade para a economia local, passando a ser considerada o principal posto de trabalho do município (MARIANO; PINTO, no prelo).

A partir de 1980, entretanto, com a economia brasileira em declínio, marcada por corte dos investimentos estatais, restrição às importações e aceleração da inflação, a Santa Matilde também começou a dar seus primeiros sinais de queda, já que dependia de financiamentos públicos. A partir daí, a empresa entrou em um extenso e exaustivo processo de queda, que perdurou por mais de duas décadas, até decretação formal de sua falência.

O quadro que se seguiu foi de migração das pequenas empresas fornecedoras para Volta Redonda e Rio de Janeiro, desemprego e desarticulação progressiva do setor metal-mecânico da região. O fim da obra da rodovia BR-040, em 1985, também contribuiu para o fechamento de postos de trabalho e a evasão de técnicos e engenheiros de Três Rios (MARIANO; PINTO, no prelo).

O resgate da vocação industrial

A fase de estagnação econômica que assolou a cidade, iniciada em meados da década de 1980, perdurou até o fim da década seguinte. O comércio, neste período, desempenhou importante papel na sustentação da economia local.

O início da articulação em busca de alternativas para o setor industrial, por parte do poder público e privado, deu-se entre os anos de 1996 e 1998, ainda sem um projeto ou plano de desenvolvimento definido. Dentre as primeiras ações, destacou-se a tentativa de recuperação da Companhia Industrial Santa Matilde através do ingresso da T'Trans – empresa também ligada ao setor ferroviário – nas instalações da Companhia para gerir sua produção de vagões. O contrato iniciou-se no ano de 1998.

Mas foi a partir de 2001 que esta articulação aconteceu de forma concreta, com a construção de um modelo de desenvolvimento para o setor industrial, amparado

por dois fatores principais: a construção por parte do SEBRAE de um modelo orientador baseado em APLs, Arranjos Produtivos Locais¹, definindo a vocação do município; e o início de políticas por parte dos governos estadual e federal para o desenvolvimento econômico de cidades do interior, como por exemplo, o PADEM – Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PINHO, 2010).

A tentativa do renascimento industrial no âmbito do território e a necessidade de explicitar a vocação do município na área ferroviária, sinalizando que haveria demanda para produção em Três Rios, contou com o somatório de importantes iniciativas: a realização de programas de capacitação de fornecedores, incentivando a integração de micro e pequenas empresas; a criação do projeto Metal-Mecânico e do CERDITRI (Comitê Estratégico de Reposicionamento e Desenvolvimento Industrial de Três Rios); a criação do Programa Rio-Ferrovário, através do Decreto 36.279 de 24 de Setembro de 2004, onde é instituído tratamento tributário para o setor ferroviário, com diferimento de ICMS nas importações, aquisições e saídas internas, entre outros benefícios (FREITAS, 2010).

Este conjunto de ações criou motivação e atração de empresários e lideranças políticas para o aquecimento da economia local que começou a se delinear, culminando com a proliferação de incentivos fiscais para a atração de empresas, em especial a inclusão de Três Rios, em 2006, na Lei Estadual 4533/2005 (a então conhecida Lei Rosinha, atual Lei 5636/2010) que já favorecia alguns municípios do estado do Rio de Janeiro com a redução a apenas 2% da alíquota de ICMS para empresas industriais.

Além dos incentivos estaduais, a prefeitura também passou a adotar medidas para facilitar a instalação de novas empresas, como a concessão da isenção de IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e a redução do ISS (Imposto sobre Serviço).

A partir daí, o que se viu, e ainda se vê no município, é a intensa e acelerada instalação de empreendimentos industriais, não só do setor metal-mecânico, mas dos mais variados ramos, pulverizando, assim, o setor secundário e garantindo melhores condições de manutenção de seu crescimento.

¹ Segundo definição do SEBRAE, APLs são aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localizam em um mesmo espaço geográfico.

4 TRÊS RIOS E A RETOMADA DO CRESCIMENTO: REFLEXOS NA URBE

Os agrupamentos que as novas empresas formam em variadas localidades da cidade são denominados, pela prefeitura, como Setor Industrial, Pólo Industrial ou Centro Empresarial. Foi constatado em entrevista na *Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho* que, até o momento, a existência de mais de uma nomenclatura para a identificação destes aglomerados não é usada no sentido de diferenciá-los segundo características específicas das empresas que o compõem; notou-se apenas que as áreas não são tratadas como “Distrito Industrial” porque essa denominação caracteriza um tipo específico de agrupamento, regido segundo legislação própria, a qual demanda o cumprimento de exigências na composição de seu espaço físico, o que seria inviabilizado pela existência de empresas de diferentes ramos e perfis nos mesmos agrupamentos industriais (FREITAS, 2010).

Dos mais de dez aglomerados de indústrias que podem ser destacados na malha urbana de Três Rios (ver mapa abaixo – Figura 2), três deles são de iniciativa pública, dentre os quais, dois são resultado do recente crescimento do setor industrial: o *Centro Empresarial da Rua Direita* e o *Centro Empresarial da Barrinha*.



Figura 2: Vista aérea da ocupação de Três Rios, com destaque para o centro e os agrupamentos industriais. Fonte: Google Earth (imagem adaptada pela autora)

As áreas destes Centros Empresariais, de propriedade do Município, foram e ainda estão sendo urbanizadas, recebendo infraestrutura básica como luz, água e esgoto. Alguns pontos dos Centros ainda esperam por asfalto, gás e telefonia. Dezenas de empresas já se instalaram ou estão em processo de instalação, atraídos principalmente pelos incentivos fiscais e, juntas, criam a expectativa da geração de centenas de empregos. Predominam entre as indústrias os ramos metal-mecânico e outros também ligados ao setor ferroviário, mas também é possível notar a diversificação do setor industrial com empresas de outros ramos, como alimentício e têxtil.

Esta recente e intensa instalação de novos empreendimentos vem se mostrando um fenômeno crescente e contínuo. A geração de emprego e renda é consequência notória deste momento de crescimento.

O Gráfico 1, a seguir, representa o PIB dos municípios da Região Centro-Sul fluminense, no ano de 2009, mostrando como Três Rios concentra a maior parte da riqueza da região.

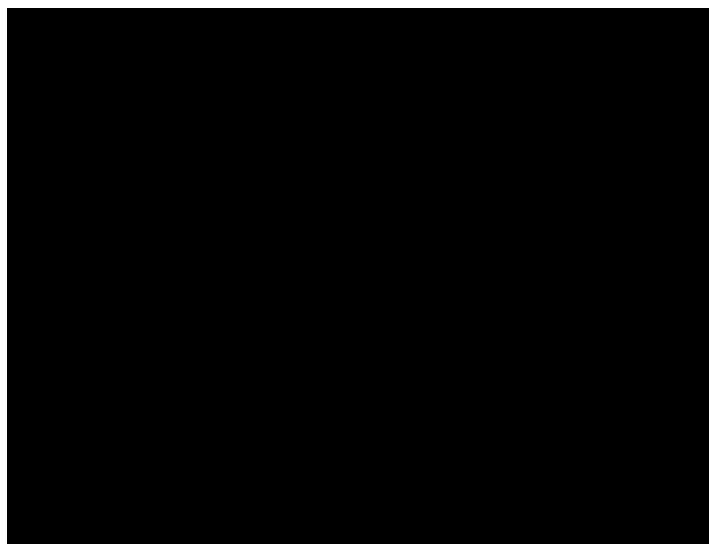


Gráfico 1: PIB comparativo dos municípios da Região Centro-Sul – 2009.
Fonte: Fundação CEPERJ

Ainda com relação ao PIB, pode-se notar nos gráficos a seguir não apenas o aumento da taxa percentual de crescimento anual do PIB de Três Rios, mas também

como a taxa de crescimento do PIB municipal vem ganhando destaque frente às taxas da região e do estado. O Gráfico 2 mostra as taxas de crescimento do PIB absoluto e o Gráfico 3, do PIB per capita.

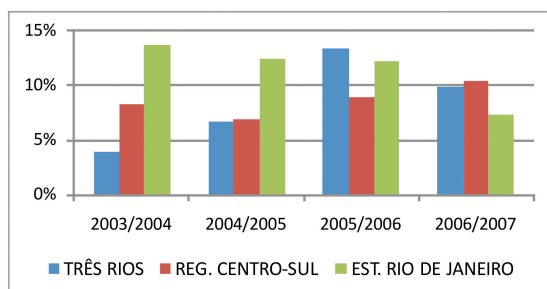


Gráfico 2: Taxa de crescimento anual do PIB
Fonte: Fundação CEPERJ

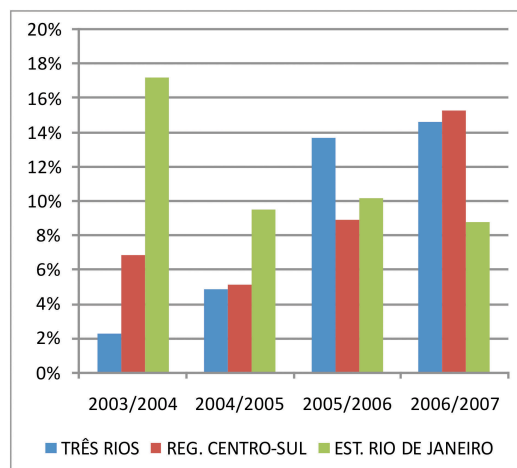


Gráfico 3: Taxa de crescimento anual do PIB per capita - Fonte: Fundação CEPERJ

5 CONDIÇÕES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO: O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Diante do cenário de crescimento e consequente surgimento de mudanças na estrutura econômica e física do município, torna-se indispensável também, para esta pesquisa, a busca do conhecimento das condições que Três Rios tem – e pretende ter – para seu efetivo desenvolvimento.

É fator determinante para essa promoção de desenvolvimento, que o poder público, principalmente o municipal, tenha capacidade de gerir a cidade com o olhar do planejamento urbano, antevendo as situações que possam ser decorrentes do crescimento acelerado, de forma a atenuar possíveis efeitos negativos sobre o espaço urbano, assim como potencializar os impactos positivos.

A concentração de empresas no território da cidade usufruindo dos benefícios – principalmente fiscais, mas também de infraestrutura – promovidos pelo poder municipal gera, sim, renda e empregos para o município, mas, indubitavelmente, tende também a causar uma série de problemas de diversas naturezas, como prejuízos de ordem ambiental, por exemplo, excesso de lixo, e também de ordem socioeconômica, como favelização e criminalidade.

Diretamente ligada às questões citadas acima, está a responsabilidade de legislações como o Plano Diretor Urbanístico, com a finalidade de instituir diretrizes de uso e ocupação do solo urbano, ordenando e direcionando a utilização do território. Este importante instrumento básico da política de desenvolvimento, somado às demais legislações urbanas, é peça importante na orientação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbanos, garantindo melhores condições de vida para a população.

No que diz respeito ao Plano Diretor do Município de Três Rios, tem-se como legislação atual, a Lei 1716, de 27 de Dezembro de 1990, modificação e revisão da original de 1968. Em entrevista na *Secretaria Municipal de Obras e Habitação*, constatou-se, entretanto, que o plano atual está passando por uma revisão, a ser publicada, possivelmente, ainda no ano de 2010 (VAZ, 2010).

A atuação do poder público na questão urbana é alvo de olhares atentos por parte da população. É possível destacar algumas ações municipais que sugerem uma noção preliminar de que o planejamento urbano vem sendo, ao menos, fator de atenção por parte da administração na tentativa de antever possíveis problemas.

Com relação ao trânsito, um novo plano viário, ainda não colocado em prática, foi idealizado pela Prefeitura em parceria com a Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro e, segundo o poder público municipal, tem o objetivo de garantir o crescimento ordenado do município nos próximos anos. Vias arteriais de grande importância no fluxo de veículos, como as que ligam o centro aos demais bairros, estão sendo reestruturadas, sofrendo alteração no sentido de fluxo – em alguns casos deixando de ser mão dupla para criar com outra via paralela um binário – recebendo nova pavimentação, tanto das faixas de circulação de veículos quanto das calçadas e nova sinalização (VAZ, 2010).

Ainda em relação à questão do trânsito na cidade, deve-se ressaltar o projeto – em processo de licitação – de construção de um viaduto fazendo a ligação de uma importante avenida do centro (a Avenida Condessa do Rio Novo) com outra via, sobre a linha férrea (ver localização no mapa a seguir – Figura 3) com a intenção de eliminar a retenção do fluxo de veículos nos horários de passagem do trem.

O projeto do viaduto mostra a intenção de contemplar as áreas residuais abaixo da construção com espaços de convívio e lazer, criando praça com quiosques

de alimentação e área de descanso. Ainda assim, é inevitável considerar que a construção de um viaduto terá impacto, não só no que diz respeito à segurança e ocupação do seu entorno, mas também à percepção e avaliação dos usuários, moradores do local, bem como do cidadão comum quanto à qualidade visual urbana da nova paisagem que se delineará.

Outro projeto de destaque, atualmente em execução, com relação ao tratamento dos espaços públicos na cidade é a revitalização da Avenida Beira Rio, uma das principais vias, que contorna o anel viário do centro, e que possui largo calçadão de pedestres à beira do Rio Paraíba do Sul. O projeto, que conta com apoio de verba estadual, inclui, além da revitalização da via em si, com a inserção de ciclovia em toda a sua extensão, a criação de uma praça de esportes e lazer, oferecendo parque infantil, equipamentos de ginástica ao ar livre, banheiros, quiosques de alimentação, entre outros equipamentos. A localização do projeto da praça pode ser vista também na Figura 3, a seguir, que mostra o centro da cidade.



Figura 3: Vista aérea do centro de Três Rios, com destaque para dois projetos urbanos.
Fonte: Google Earth (imagem adaptada pela autora)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o exposto, podem ser feitas algumas considerações quanto à questão crescimento x desenvolvimento urbano de uma forma geral e no contexto empírico do município de Três Rios. Se por um lado há a euforia da constatação do aumento da concentração de riqueza no território, deve-se analisar também a questão

do dinamismo econômico sob a ótica das condições que a cidade tem para receber tal crescimento, de forma que seu desenvolvimento seja promovido de forma sustentável.

É relevante a constatação de que a causa maior do crescimento acelerado de Três Rios se deve à intensa chegada de empreendimentos industriais de grande porte e que, essa migração, por sua vez, está ligada a incentivos fiscais temporários. Um reflexo disto é a real possibilidade de que as empresas de grande porte, que possuem uma considerável capacidade de deslocamento no território, não permanecem na cidade ao fim do prazo do incentivo. Elas usufruem do benefício, tanto fiscal quanto de infraestrutura, e por mais que movimentem a economia local, gerando emprego e renda, podem trazer também a “sombra” do crescimento urbano desordenado e insustentável.

Por outro lado, a análise da localização dos atuais projetos urbanos da Prefeitura – como por exemplo a Praça do Viaduto e a Praça Beira Rio, expostos anteriormente na Figura 3 –, já indica a existência de um desnível em relação às áreas de implantação das novas indústrias. Verifica-se que as localidades próximas aos novos centros industriais da cidade, destacados na Figura 2, não receberam nenhum benefício notório para adequar sua estrutura urbana à nova realidade idealizada pelos setores de planejamento econômico. Algumas destas áreas industriais não estão distanciadas da área urbana, pelo contrário, estão muito próximas a ela. Esta situação indica a necessidade de um estudo aprofundado do impacto destes empreendimentos no entorno próximo visando à reestruturação das áreas impactadas e, por consequência, a requalificação de seus espaços públicos.

A participação do poder público e a manifestação de sua capacidade de interferência na delineação do perfil de crescimento e desenvolvimento que se pretende para a cidade é assunto de suma importância. O investimento em planejamento urbano representa a ação mais direta e completa no sentido de se potencializar o momento de crescimento da cidade, direcionando o desenvolvimento para o caminho da sustentabilidade social, econômica, ambiental e política.

7 REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Campinas, n.1, maio. 1999

CEPERJ. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio De Janeiro. **Produto interno bruto do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>. Acesso em: 20 de out.2010.

FREITAS, Júlio Cezar Rezende de. **O crescimento do setor industrial em Três Rios**. Três Rios, 2010. Entrevista concedida a Camila Righi de Almeida em 24 out. 2010.

MARIANO, S. R. H.; PINTO, V. R. R. **A experiência do desenvolvimento industrial do setor metal-mecânico no município de Três Rios**: lições aprendidas e desafios futuros. No prelo.

PINHO, Jorge. **O crescimento do setor industrial em Três Rios**. Três Rios, 2010. Entrevista concedida a Camila Righi de Almeida em 13 ago. 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SANCHÉZ, Fernanda. Cultura e Renovação Urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

SILVA NETO, R; DIAS, Robson Santos; BARRAL NETO, Jayme Freitas; RANGEL, Leonardo Cereja. **Desafios para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Macaé-RJ**. Perspectivas, v. 5, p. 60-73, 2006.

TEIXEIRA, Ezilma. **Era uma vez**. Editar Editora Associada: Juiz de Fora, 2005.

VAZ, Manoel. **O crescimento do setor industrial em Três Rios**. Três Rios, 2010. Entrevista concedida a Camila Righi de Almeida em 04 ago. 2010.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.